SÃO SEBASTIÃO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICIPAL
SÃO SEBASTIÃO SP-BRASIL
Edição 944 – 22 de Março de 2021

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 60510/2020
CONTRATO 2020SECAD031
OBJETO: UTILIZAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DISPONIBILIZADO PELO BANCO DO BRASIL, ONEROSAMENTE.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO
CONTRADO: BANCO DO BRASIL, CNPJ N° 00.000.000/0001-91
FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 78, INCISO XVII DA LEI FEDERAL 8666/93.
SÃO SEBASTIÃO, 18 DE MARÇO DE 2021.
FELIPE AUGUSTO
PREFEITO

D E C R E T O
Nº 8149/2021

"Suspende temporariamente o sistema de fretamento do Programa Social de Transporte Intermunicipal ao Estudante do Ensino Técnico Profissionalizante e Universitário no âmbito de São Sebastião."

FELIPE AUGUSTO, Prefeito Municipal de São Sebastião, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1° - Fica suspenso temporariamente o sistema de fretamento do Programa Social de Transporte Intermunicipal ao Estudante do Ensino Técnico Profissionalizante e Universitário no âmbito de São Sebastião, que dispõe o Art. 7º, §§ e Art. 8º da Lei 2.345/2017, alterada pela Lei 2.538, de 27 de Agosto de 2018.

Art. 2º - A suspensão de que trata o artigo anterior deste Decreto deve perdurar até a confirmação oficial pela Instituição de Ensino no qual os alunos beneficiários estejam matriculados do retorno das aulas presenciais, condicionado ainda a lotação da capacidade de atendimento dos veículos de no mínimo 60% (sessenta por cento) dos assentos por veículo e linha.

§ 1º - O cálculo de 60% (sessenta por cento) dos assentos por veículo e linha pode ser realizado agrupando as linhas, desde que as linhas agrupadas possuam a mesma rota e horários de saída e retorno.

§ 2º - A comprovação do retorno das aulas presenciais é de responsabilidade do aluno e deve ser realizado por meio de documento oficial assinado de forma física ou digital pela Instituição de Ensino no qual esteja matriculado, informando os dados pessoais do aluno e do curso, a data do retorno presencial e os dias de aula.

Art. 3°- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de março de 2021, revogando-se as disposições em contrário, em especial os Decretos números 8128/2021 e 8142/2021.

São Sebastião, 22 de março de 2021.
FELIPE AUGUSTO
Prefeito

EDITAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECEITA
DIVISÃO DE INSPETORIA FISCAL

AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA - ISSCC Nº. 012/2021

1-Tendo sido improfícuos os meios de intimação estabelecidos na Lei Complementar n.º 219/2017, Artigo 71, incisos I e II, e com base no mesmo Artigo, inciso III, fica o contribuinte, abaixo indicado, responsável tributário nos termos do §2º do artigo 7º, da Lei Complementar – LC n.º 219/2017,cometeu infração à legislação tributária municipal ao não recolher o Imposto Sobre Serviços incidente sobre os serviços tomados na obra de construção civil acima identificada.

2- Diante da supracitada infração, fica intimado a recolher o valor principal do ISS, bem como os acréscimos legais, apurados nos termos do artigo 10, I, c/c artigo 9º, I, e artigo 37 (inciso II, alínea "b", inciso III e §1º) da LC nº 219/2017, e artigo 10 da Lei nº 2.473/2017, e Decreto nº. 7.117/2018 (Tabelas I, II, III e/ou IV)

3- Sujeito Passivo: PAULO LINDBERG GOME OLIVEIRA

4- CPF: 854.831.508-30

5- Fica, a partir desta, estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias corridos para apresentar o comprovante de pagamento, de acordo com o artigo 80 da Lei 106/2009, na sede da Divisão de Inspetoria Fiscal, situada à Avenida Guarda-Mor Lobo Viana, nº. 335 – Centro – São Sebastião-SP, no horário das 09:00 às 16:30;

6- Natureza do Procedimento: Auto de Infração Imposição e Multa - ISSCC;

7- Processo Administrativo nº. 16.908/2019;

8- Inspetor Fiscal de Rendas: Fabrício C. de Souza– RE 7.240-0;

9- O não-atendimento a esta intimação, no prazo estabelecido, implicará em sanções legais descritas na L.C. n.º 219/2017, com ênfase ao procedimento descrito nos Artigos 72 ao 81 da mesma Lei;

10- São Sebastião, 22 de março de 2021.

ATO RATIFICATÓRIO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO EM CARATER EMERGENCIAL
Nos termos do parecer jurídico exarado pela Secretaria de Assuntos Jurídicos, JUSTIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, referente ao Processo interno n°0024/2021 para a Contratação emergencial da empresa: CECAM – Consultoria Econômica, Contábil e Administrativa Municipal LTDA para prestação dos serviços técnicos especializados de modernização e gestão pública. para o Instituto Previdenciário do Município de São Sebastião, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, pelo valor mensal de R$ 15.310,00 (quinze mil trezentos de dez reais), com fundamento no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e RATIFICO na forma prevista no artigo 26 da referida Lei.

Torna público o presente Ato que nesta data será afixado no mural do SÃO SEBASTIÃO PREV, e em sua página virtual.

São Sebastião, 19 de março de 2021.
Adilson Ferreira de Moraes
Diretor Presidente do São Sebastião PREV

SÃO SEBASTIÃO PREV
INSTITUTO PREVIDÊNCIARIO DO MUNICIPIO DE SÃO SEBASTIÃO
(criado pela Lei nº 241/2019)
PORTARIA Nº 001/2020

"Dispõe sobre o Código de Ética dos Servidores e Conselheiros do Instituto Previdenciário do Município de São Sebastião"

O Presidente do Instituto Previdenciário do Município de São Sebastião, no uso de suas atribuições legais, resolver disciplinar o CÓDIGO DE ÉTICA dos Servidores Municipais do SAO SEBASTIAO PREV, bem como de seus conselheiros, conforme segue:

Artigo 1º Fica instituído o CÓDIGO DE ÉTICA dos Servidores do SAO SEBASTIAO PREV, bem como de seus conselheiros.

CAPÍTULO I – MISSÃO

Artigo 2º É missão do Instituto Previdenciário do Município de São Sebastião, prestar serviços com excelência aos nossos beneficiários, com atendimento eficaz e respeitoso, de forma responsável e transparente contribuindo com a gestão fiscal, econômica e financeiro do município.

CAPÍTULO II – DOS VALORES E PRINCÍPIOS

Artigo 3º Os servidores e conselheiros deverão observar os seguintes princípios:

I. Satisfação do beneficiário;
II. Responsabilidade Social;
III. Credibilidade;
IV. Transparência;
V. Ética;
VI. Eficácia e Eficiência;
VII. Governança e Conformidade;
VIII. Respeito;
IX. Publicidade dos atos;
X. Moralidade e Probidade;
XI. Respeito Hierárquico.

CAPÍTULO III – DOS DEVERES FUNDAMENTAIS

Artigo 4º São deveres fundamentais dos servidores e conselheiros do SÃO SEBASTIÃO PREV:

I. Desempenhar de forma eficaz e tempestiva, as atribuições pertinentes ao cargo ou função de que seja titular ou suplente;
II. Exercer as funções pertinentes ao RPPS sempre que possível em equipe, com visão integrada dos serviços de responsabilidade do SAO SEBASTIAO PREV, objetivando sempre o melhor atendimento, cortesia e transparência;
III. As atividades pertinentes aos servidores e conselheiros, deverão ser realizadas com rapidez, eficiência, probidade eficiência na resolução dos problemas e demandas apresentadas pelos segurados ou demais cidadãos;
IV. Tratar de forma cuidadosa os interesses dos segurados do SAO SEBASTIAO PREV, observando os princípios éticos e o interesse público;
V. Respeitar de forma ampla as divergências sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de qualquer natureza;
VI. Respeito hierárquico;
VII. Agir com cordialidade e respeito com os demais servidores e membros dos conselhos;
VIII. Comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, solicitando as providências cabíveis;
IX. Manter seu ambiente de trabalho limpo e organizado;
X. Se vestir adequadamente;
XI. Participar das atividades em que for convocado para aperfeiçoamento no desempenho de suas funções;
XII. Manter-se atualizado com as normas e legislações que definem as atividades e benefícios previdenciários;
XIII. Se atentar as normas internas e de segurança de informação;
XIV. Facilitar e acompanhar as atividades de fiscalização dos órgãos internos e externos;
XV. Não se ausentar de forma injustificada de seu local de trabalho;
XVI. Auxiliar na divulgação do conteúdo deste documento estimulando e ajudando no seu integral cumprimento.

Parágrafo Único: Os servidores da autarquia previdenciária e os conselheiros, no momento da posse no cargo ou função, deverão apresentar declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio, que deverá ser atualizada de forma bienal ou no momento em que deixar de exercer cargo ou função.

CAPÍTULO IV – DAS VEDAÇÕES

Artigo 5º É vedado aos servidores e colaboradores do SAO SEBASTIAO PREV:

I. Utilizar de seu cargo ou função para obter benefício de qualquer natureza para si ou para outrem;
II. Auxiliar ou prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores, conselheiros ou beneficiários;
III. Aceitar e ser conivente com erros ou desvios a este Código de Ética;

EXPEDIENTE
O Diário Oficial Eletrôniico Municipal de São Sebastião é produzido pela Secretaria de Governo/Departamento de Comunicação
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
WWW.SAOSEBASTIAO.SP.GOV.BR
Veículo de Imprensa Oficial / Autorizado pela Lei nº 2436/2017
Luciana Evangelista de Jesus - MTB: 0085852/SP
www.saosebastião.sp.gov.br

IV. Utilizar de subterfúgios para dificultar o exercício regular de direito de qualquer pessoa, causando prejuízo ou dano;
V. Deixar de utilizar avanços tecnológicos e científicos disponíveis para realização de seu trabalho ou função;
VI. Permitir e se utilizar de perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões, interesses escusos e de terceiros, interferirem no trato do bem público;
VII. Requerer, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si ou para outros, com objetivo de cumprir com suas atribuições ou interferir na de outro servidor / conselheiro;
VIII. Modificar, alterar ou deturpar documento público de qualquer natureza;
IX. Utilizar e desviar servidor público para atendimento de assuntos particulares diverso de sua atribuição;
X. Ter a posse de documento oficial sem autorização fora do ambiente de trabalho;
XI. Utilizar de seu cargo ou função para repassar informações privilegiadas obtidas no âmbito interno em benefício próprio ou de terceiros;
XII. Apresentar-se no ambiente de trabalho embriagado ou sob efeito de substâncias entorpecentes;
XIII. Utilizar ou subtrair para si ou para outrem, recursos pertencentes ao patrimônio público municipal.

CAPÍTULO V – DO COMITÊ DE ÉTICA

Artigo 6º O Comitê de Ética será constituído por 03 (três) membros, sendo 02 (dois) servidores do SAO SEBASTIAO PREV e 01 (um) conselheiro, nomeados pelo Presidente da Autarquia com seus respectivos suplentes, cuja finalidade será de orientar e aconselhar os servidores e conselheiros sobre a ética profissional, no tratamento das pessoas e uso do patrimônio público.

§1º Os integrantes do Comitê de Ética não receberão nenhuma vantagem pecuniária e suas atividades serão consideradas de relevante prestação de serviço público.
§2º O Presidente do Comitê de Ética será eleito pelos membros titulares indicados. Em caso de empate, será realizado sorteio.
§3º O mandato dos membros indicados ao Comitê de Ética será de dois anos, sendo admitida uma recondução pelo mesmo período.
§4º As reuniões serão realizadas ordinariamente no primeiro dia útil de cada mês, e extraordinariamente sempre que requerido pelo Presidente do SAO SEBASTIAO PREV ou pela maioria do Comitê de Ética com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.
§5º As reuniões ordinárias e extraordinárias serão secretariadas por servidor indicado pela Autarquia que será responsável pelo arquivo das atas e documentos.

Artigo 7º Compete ao Comitê de Ética:

I. Atuar e decidir nos processos de caráter ético;
II. Requerer à aplicação de penalidades a autoridade maior da autarquia;
III. Promover a manutenção de alto padrão ético disciplinar no ambiente do SAO SEBASTIAO PREV;
IV. Divulgar este Código de Ética;
V. Orientar e aconselhar os servidores e conselheiros sobre as condutas éticas.

Parágrafo Único: O membro do Comitê de Ética que atuar em processo disciplinar contra cônjuge, companheiro e parente até segundo grau, seja consanguíneo ou por afinidade, deverá ser substituído por seu respectivo suplente.

Artigo 8º O descumprimento aos princípios e normas definidas neste Código, constituirá infração ética suscetível a pena de censura privada.

Artigo 9º Para fixação da pena de censura privada, serão considerados o ato praticado pelo denunciado e seus antecedentes, circunstâncias atenuantes ou agravantes e as consequências do fato/ato praticado ou conduta adotada.

§1º A censura privada poderá conter determinação de fazer, não fazer, alterar, modificar ou retratar-se, por meio de instrumentos considerados eficazes para atingimento dos objetivos pretendidos;
§ 2º A censura será comunicada ao superior hierárquico que determinará anotação em seus registros funcionais, com implicações legais ou de regulamento;
§3º Os procedimentos de apuração de desvio ético contido neste Código, deverá obedecer o devido processo legal, ampla defesa e o contraditório;
§4º Poderá o Comitê de Ética em virtude da reincidência ou gravidade da infração, recomendar abertura de Processo Administrativo Disciplinar com vistas as providencias disciplinares cabíveis.

Artigo 10º As denúncias para efeito de descumprimento total ou parcial deste Código, deverão ser encaminhadas ao Comitê de Ética contendo obrigatoriamente os seguintes dados:

Nome do servidor/conselheiro investigado;
Prova ou indício de autoria da transgressão ética.

Artigo 11º Todo procedimento deverá tramitar sob sigilo absoluto até a conclusão final, somente tendo acesso as informações as partes, seus defensores devidamente constituídos e as autoridades públicas competentes.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÃO FINAIS

Artigo 12º Os casos omissos serão encaminhados a presidência da autarquia para deliberação.

Artigo 13º Este Código de Ética entrará em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião 22 de maio de 2020
Adilson Ferreira de Moraes
Presidente
São Sebastião PREV

Extrato do Contrato Administrativo – nº 2021DPAT001
Contratado: Comprehense do Brasil Equipamentos Médicos Hospitalares LTDA**.**
Contratante: Irmandade da Santa Casa Coração de Jesus – HCSS.
Objeto: Prestação de Serviço de Manutenção Preventiva, Corretiva e Calibração dos equipamentos médico-hospitalares no Hospital de Clínicas de São Sebastião e Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h.
Prazo: 12 (doze) meses.
Modalidade: Pregão Presencial nº 003/2021.
Valor: R$ 103.535,00 (cento e três mil, quinhentos e trinta e cinco reais).
Data: 04/03/2021.
Assinam: Wilmar Ribeiro do Prado pela Irmandade da Santa Casa e Reims Eric de Andrade pela Contratada.

Fundação de Saúde Pública de São Sebastião
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações
PROVA
Cargo: Médico Especialista (Infectologista)
PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO Nº 12/2021-FSPSS

CONHECIMENTOS LÍNGUA PORTUGUESA

1) Assinale a única frase que se completa com a segunda palavra correta entre parênteses: a) Os culpados _____ as leis. (infringiram/infligiram).
b) O _____ do senador termina no próximo ano. (mandado/mandato).
c) Não saia, pois a chuva está _____. (iminente/eminente).
d) Ladrão foi apanhado em _____. (flagrante/fragrante).

2) A palavra “sofá” obedece à mesma regra de acentuação gráfica que a palavra: a) Também
b) Ônibus
c) Secretária
d) Último

3) Assinale a frase em que à ou às está mal empregado.
a) Amores à vista.
b) Referi-me às sem-razões do amor.
c) Desobedeci às limitações sentimentais.
d) Submeteram o amor à provações difíceis.

4) Observe o trecho abaixo e a forma verbal destacada, indicando qual das alternativas deveria substituí la a fim de estar de acordo com os padrões da gramática normativa:
“Algum tempo hesitei se devia abrir estas memórias pelo princípio ou pelo fim...” A) Deviam
B) Devem
C) Deve
D) Deveria

5) Na frase: Mãe e filha procuravam emprego e, agora, ambas, já estão trabalhando. A palavra destacada corresponde a:
a) Artigo definido
b) Artigo indefinido
c) Numeral cardinal
d) Numeral multiplicativo

CONHECIMENTOS SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

6) A distribuição dos recursos do SUS acontece através da chamada transferência fundo a fundo, ou seja, os recursos do Fundo Nacional de Saúde são direcionados para os Fundos Estaduais e Municipais. Aponte a alternativa que indica quem é o principal financiador da saúde pública no Brasil: a) Ministério da saúde.
b) Municípios.
c) União.
d) Estados.

7) São ações que estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), EXCETO:
a) Vigilância Sanitária.
b) Saúde do Trabalhador.
c) Benefício de Prestação Continuada (BPC).
d) Assistência Terapêutica Integral, inclusive farmacêutica.

8) Princípios organizativos são usados pelo SUS para orientar o processo, ou seja, são formas de concretizar o SUS na prática. Aponte a alternativa que não corresponde a um dos princípios organizativos do SUS:
a) Regionalização.
b) Descentralização.
c) Resolubilidade.
d) Centralização.

9) É um conjunto de reformas institucionais do SUS acordado entre as três esferas de gestão (União, Estados e Municípios) com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, visando alcançar maior eficiência e qualidade das respostas do Sistema Único de Saúde, redefinindo as responsabilidades de cada gestor em função das necessidades de saúde da população e na busca da equidade social. O presente conceito é denominado de:
a) Pacto pela Saúde
b) Proad-SUS
c) Política Nacional de Atenção Básica
d) Programa Mais Médicos

10) A Universalidade é um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS) e determina que:
a) todos os cidadãos brasileiros, sem qualquer tipo de discriminação, têm direito ao acesso às ações e serviços de saúde.
b) todos os profissionais de saúde, sem qualquer tipo de discriminação, têm direito ao acesso às ações e serviços de saúde.
c) todos os cidadãos inscritos nos programas de saúde do SUS, sem qualquer tipo de discriminação, têm direito ao acesso às ações e serviços de saúde.
d) somente os cidadãos sem planos de saúde e inscritos nos programas de saúde do SUS, têm direito ao acesso às ações e serviços de saúde.

EXPEDIENTE
O Diário Oficial Eletrôniico Municipal de São Sebastião é produzido pela Secretaria de Governo/Departamento de Comunicação
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
WWW.SAOSEBASTIAO.SP.GOV.BR
Veículo de Imprensa Oficial / Autorizado pela Lei nº 2436/2017
Luciana Evangelista de Jesus - MTB: 0085852/SP
www.saosebastião.sp.gov.br

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11) Os acidentes ocasionados por serpentes, escorpiões, aranhas e abelhas constituem um grave problema de saúde pública no Brasil. A Organização Mundial da Saúde (OMS) incluiu os acidentes ofídicos na lista das doenças tropicais negligenciadas que acometem, na maioria das vezes, populações pobres que vivem em áreas rurais. No Brasil, as serpentes peçonhentas de interesse em saúde pública pertencem às famílias Viperidae e Elapidae. Sobre os tipos de divisão dos acidentes, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.
( ) Acidentes botrópicos (acidentes com serpentes dos gêneros Bothrops e Bothrocophias – jararaca, jararacuçu, urutu, caiçaca, comboia).
( ) Acidentes laquéticos (acidentes com serpentes do gênero Crotalus – cascavel). ( ) Acidentes elapídicos(acidentes com serpentes dos gêneros Micrurus e Leptomicrurus – coral verdadeira).
( ) Acidentes crotálicos(acidentes com serpentes do gênero Lachesis – surucucu-pico-de-jaca) A sequência está correta em
a) V, V, F, V.
b) F, F, V, V.
c) V, F, V, F
d) F, V, F, F.

12) Influenza que complica com insuficiência renal mais comumente é devido a:
a) vasculite
b) hipovolemia
c) mioglobinúria
d) nefrite por imunocomplexo

13) Leia as afirmativas a seguir:
I. O infectologista atua quando se trata de doenças infecciosas graves em pessoas com doenças crônicas.
II. O citosol é uma extensa rede de membranas intracelulares.
Marque a alternativa CORRETA:
a) As duas afirmativas são verdadeiras.
b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
d) As duas afirmativas são falsas.

14) Influenza que complica com insuficiência renal mais comumente é devido a:
a) vasculite
b) hipovolemia
c) mioglobinúria
d) nefrite por imunocomplexo

15) Pacientes esplenectomizados têm especial risco de infecções por:
a) micobactérias
b) germes atípicos
c) germes anaeróbios
d) germes capsulados

16) - helmíntico que mais provavelmente será menos eficaz é:
a) o albendazol
b) o mebendazol
c) a ivermectina
d) a nitazoxanida

17) Na abordagem de um caso de febre prolongada, foi sugerida a investigação de brucelose. O que mais provavelmente contribuiu para incluir a solicitação de exames para tal, foi uma história epidemiológica de:
a) ingestão de leite cru
b) contato com morcegos
c) ingerir carne de aves abatidas na natureza
d) passar a noite em celeiro infestado por roedores

18) Tecnologia de intervenção em saúde que aborda de modo integral e dinâmico o processo saúde-doença no ser humano, podendo ser usada isolada ou de forma integrada com outros recursos terapêuticos. Originária da Medicina Tradicional Chinesa (MTC), compreende um conjunto de procedimentos que permitem o estímulo preciso de locais anatômicos, definidos por meio da inserção de agulhas filiformes metálicas para promoção, manutenção e recuperação da saúde, bem como para prevenção de agravos e doenças.” As informações se referem a:
a) Reiki.
b) Fitoterapia.
c) Acupuntura.
d) Crenoterapia.

19) Leia as afirmativas a seguir: I. A ação de Vigilância Epidemiológica deve ser efetuada pelo conjunto dos serviços de saúde, públicos e privados, devidamente habilitados para tal fim. II. Os acidentes e as agressões na faixa etária de zero a nove anos são causas de mortalidade frequentes na infância, configurando-se em relevante problema de saúde pública. Assim, as ações de prevenção de violências à criança contribuem para o agravamento dos índices do Sistema Único de Saúde. Marque a alternativa CORRETA:
a) As duas afirmativas são verdadeiras.
b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
d) As duas afirmativas são falsas.

20) . Mulher de 48 anos de idade, sem demais queixas, refere lesão genital, então diagnosticada como condiloma plano, associado a sífilis. É pessoa sem imunocomprometimento. Mais provavelmente, trata-se de um caso de sífilis:
a) latente
b) terciária
c) primária
d) secundária

RASCUNHO PARA USO DO CANDIDATO

Fundação de Saúde Pública de São Sebastião
Lei Complementar nº 168/2013 e alterações
GABARITO E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINARES Nº 12/2021-FSPSS
PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO Nº 12/2021-FSPSS

O Presidente da FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO SEBASTIÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que estabelece a Lei Complementar Municipal Nº 168/2013 e suas alterações, torna público o gabarito e classificação preliminares para o PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO, para profissional no cargo de MÉDICO ESPECIALISTA INFECTOLOGISTA 20 HORAS SEMANAIS, para lotação em UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO, pelo período de 01 (um) ano, conforme previsto no Artigo 22, § 5º da Lei Complementar nº 168/2013 e alterações, para preenchimento imediato de 01 (uma) vaga, em razão do desligamento de profissionais do Quadro de Pessoal da entidade, tendo em vista inexistência de Concurso Público vigente para reposição efetiva da vaga e a suspensão do Concurso 01/2020-FSPSS em razão da Pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus).

GABARITO PRELIMINAR

Questão 1	B	Questão 2	D	Questão 3	D	Questão 4	D	Questão 5	C
Questão 6	C	Questão 7	C	Questão 8	D	Questão 9	A	Questão 10	A
Questão 11	B	Questão 12	D	Questão 13	B	Questão 14	C	Questão 15	D
Questão 16	C	Questão 17	A	Questão 18	C	Questão 19	B	Questão 20	D

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

Classificação	*Nome*	*Pontuação*	*Total Acertos*
1º	Amanda de Castro Soares Cruz	65	13

São Sebastião, 22 de março de 2021.
CARLOS EDUARDO ANTUNES CRAVEIRO
Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
Auto 29943 - DEMOLIÇÃO
Infração Ambiental: Construção irregular
Local: Rua Benedito Ramos dos Santos, s/nº – Bairro: Varadouro
Infrator: DESCONHECIDO

Tendo sido improfícuos os meios de NOTIFICAR sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação a lavratura do Auto nº 29943 de DEMOLIÇÃO da construção irregular no endereço supracitado com prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de medidas administrativas e judiciais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, artigo 33, inciso I. Regulamentada pela Lei Municipal 2256/13
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Av. Guarda Mor Lobo Viana, 421 – Centro – Divisão de Fiscalização Ambiental. Tel.: 3892 6000 – Ramal 208
Flávio C. Carvalho
Diretor – Departamento de Fiscalização Ambiental
José Augusto de Carvalho Mello
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
PROCESSO ADMNISTRATIVO 2235/2021
Auto 30014 - DEMOLIÇÃO
Infração Ambiental: Construção irregular
Local: Estrada Beira Rio, s/nº – Bairro: Boiçucanga
Infrator: DESCONHECIDO

Tendo sido improfícuos os meios de NOTIFICAR sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação a lavratura do Auto nº 30014 de DEMOLIÇÃO da construção irregular no endereço supracitado com prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de medidas administrativas e judiciais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, artigo 33, inciso I. Regulamentada pela Lei Municipal 2256/13
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Av. Guarda Mor Lobo Viana, 421 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental. Tel.: 3892 6000 – Ramal 208
Flávio C. Carvalho
Diretor – Departamento de Fiscalização Ambiental
José Augusto de Carvalho Mello
Secretário de Meio Ambiente

PROCESSO ADMNISTRATIVO – 2237/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
Auto 30016 - DEMOLIÇÃO
Infração Ambiental: Construção irregular
Local: Rua Tropicanga, s/nº – Bairro: Boiçucanga
Infrator: DESCONHECIDO

EXPEDIENTE
O Diário Oficial Eletrôniico Municipal de São Sebastião é produzido pela Secretaria de Governo/Departamento de Comunicação
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
WWW.SAOSEBASTIAO.SP.GOV.BR
Veículo de Imprensa Oficial / Autorizado pela Lei nº 2436/2017
Luciana Evangelista de Jesus - MTB: 0085852/SP
www.saosebastião.sp.gov.br

Tendo sido improfícuos os meios de NOTIFICAR sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação a lavratura do Auto nº 30016 de DEMOLIÇÃO da construção irregular no endereço supracitado com prazo de 10 (dez) dias, sob pena de medidas administrativas e judiciais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, artigo 33, inciso I. Regulamentada pela Lei Municipal 2256/13
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Av. Guarda Mor Lobo Viana, 421 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental. Tel.: 3892 6000 – Ramal 208
Flávio C. Carvalho
Diretor – Departamento de Fiscalização Ambiental
José Augusto de Carvalho Mello
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO – 1762/2021
Auto 30012 - APREENSÃO
Infração Ambiental: Construção irregular
Local: As Ilhas (Prainha), s/nº – Bairro: Barra do Sahy
Infrator: NÃO IDENTIFICADO

Tendo sido improfícuos os meios de NOTIFICAR sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação a lavratura do Auto nº 30012 - APREENSÃO de 04 (quatro) toras, 30 (trinta) mudas de coqueiros e 05 (cinco) pontaletes de eucalipto utilizados em ocupação de irregular no local supracitado, tendo o prazo de 10 (dez) dias para retirada com apresentação da nota fiscal. Sendo sujeito a medidas judiciais cabíveis após a identificação do autor da instalação. Conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, artigo 33, inciso II. Regulamentada pela Lei Municipal 2256/13.
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Av. Guarda Mor Lobo Viana, 421 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental. Tel.: 3892 6000 – Ramal 208
Flávio C. Carvalho
Diretor – Departamento de Fiscalização Ambiental
José Augusto de Carvalho Mello
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO 2311/2021
Auto 30019 - APREENSÃO
Infração Ambiental: Cercamento de área invadida
Local: Rua Beira Rio, s/nº – Bairro: Barra do Una – Sítio Velho
Infrator: NÃO IDENTIFICADO

Tendo sido improfícuos os meios de NOTIFICAR sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação a lavratura do Auto nº 30019 - APREENSÃO de 36 (trinta e seis) mourões utilizados para cercar área invadida no local supracitado, tendo o prazo de 10 (dez) dias para retirada com apresentação da nota fiscal. Sendo sujeito a medidas judiciais cabíveis após a identificação do autor da instalação. Conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, artigo 33, inciso II. Regulamentada pela Lei Municipal 2256/13
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Av. Guarda Mor Lobo Viana, 421 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental. Tel.: 3892 6000 – Ramal 208
Flávio C. Carvalho
Diretor – Departamento de Fiscalização Ambiental
José Augusto de Carvalho Mello
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO 2236/2021
Auto 30015 - APREENSÃO
Infração Ambiental: Construção em área de APP
Local: Estrada Beira Rio, s/nº – Bairro: Boiçucanga
Infrator: NÃO IDENTIFICADO

Tendo sido improfícuos os meios de NOTIFICAR sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação a lavratura do Auto nº 30015 - APREENSÃO de 09 (nove) telhas de amianto utilizadas para construção irregular no local supracitado, tendo o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para retirada com apresentação da nota fiscal. Estando sujeito a medidas judiciais cabíveis após a identificação do autor da instalação. Conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, artigo 33, inciso II. Regulamentada pela Lei Municipal 2256/13
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Av. Guarda Mor Lobo Viana, 421 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental. Tel.: 3892 6000 – Ramal 208
Flávio C. Carvalho
Diretor – Departamento de Fiscalização Ambiental
José Augusto de Carvalho Mello
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1763/2021
Auto 30080 - EMBARGO
Infração Ambiental: Construção sem autorização
Local: Rua Presidente, s/nº – Bairro: Baleia Verde
Infrator: NÃO IDENTIFICADO

Tendo sido improfícuos os meios de NOTIFICAR sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação à parte interessada a lavratura do Auto nº 30080 - EMBARGO, conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, artigo 33, inciso I, regulamentada pela lei municipal 2256/2013 por construção sem autorização do órgão ambiental competente e em núcleo congelado no endereço supracitado. Fica embargado por tempo indeterminado
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Av. Guarda Mor Lobo Viana, 421 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental. Tel.: 3892 6000 – Ramal 208
Flávio C. Carvalho
Diretor – Departamento de Fiscalização Ambiental
José Augusto de Carvalho Mello
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO 2305/2021
Auto 29872 - EMBARGO
Infração Ambiental: Construção sem autorização
Local: Estrada de acesso ao Sertão do Piavú, s/nº – Bairro: Cambury
Infrator: FRANCISCO CARLOS

Tendo sido improfícuos os meios de NOTIFICAR sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação à parte interessada a lavratura do Auto nº 29872 - EMBARGO, conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, artigo 33, inciso I, regulamentada pela lei municipal 2256/2013 por construção sem autorização do órgão competente. Sujeito a multa e demolição
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Av. Guarda Mor Lobo Viana, 421 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental. Tel.: 3892 6000 – Ramal 208
Flávio C. Carvalho
Diretor – Departamento de Fiscalização Ambiental
José Augusto de Carvalho Mello
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO 2306/2021
Auto 29873 - EMBARGO
Infração Ambiental: Construção sem autorização
Local: Rua Jerivá, s/nº – Bairro: Cambury – Piavú
Infrator: JOSÉ MARIA DE ARAÚJO

Tendo sido improfícuos os meios de NOTIFICAR sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação à parte interessada a lavratura do Auto nº 29873 - EMBARGO, conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, artigo 33, inciso I, regulamentada pela lei municipal 2256/2013 por construção sem autorização do órgão competente. Sujeito a multa e demolição.
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Av. Guarda Mor Lobo Viana, 421 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental. Tel.: 3892 6000 – Ramal 208
Flávio C. Carvalho
Diretor – Departamento de Fiscalização Ambiental
José Augusto de Carvalho Mello
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO 2307/2021
Auto 29874 - EMBARGO
Infração Ambiental: Construção sem autorização
Local: Rua João Santana, s/nº – Bairro: Sertão do Piavú - Cambury
Infrator: NÃO IDENTIFICADO

Tendo sido improfícuos os meios de NOTIFICAR sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação à parte interessada a lavratura do Auto nº 29874 - EMBARGO, conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, artigo 33, inciso I, regulamentada pela lei municipal 2256/2013 por construção sem autorização do órgão competente. Sujeito a multa e demolição.
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Av. Guarda Mor Lobo Viana, 421 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental. Tel.: 3892 6000 – Ramal 208
Flávio C. Carvalho
Diretor – Departamento de Fiscalização Ambiental
José Augusto de Carvalho Mello
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO 2313/2021
Auto 30082 - EMBARGO
Infração Ambiental: Construção e desmatamento sem autorização
Local: Rua do Oleoduto, s/nº – Bairro: Barreirinha - Cambury
Infrator: NÃO IDENTIFICADO

Tendo sido improfícuos os meios de NOTIFICAR sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação à parte interessada a lavratura do Auto nº 30082 - EMBARGO, conforme

EXPEDIENTE
O Diário Oficial Eletrôniico Municipal de São Sebastião é produzido pela Secretaria de Governo/Departamento de Comunicação
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
WWW.SAOSEBASTIAO.SP.GOV.BR
Veículo de Imprensa Oficial / Autorizado pela Lei nº 2436/2017
Luciana Evangelista de Jesus - MTB: 0085852/SP
www.saosebastião.sp.gov.br

estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, artigo 33, inciso II, regulamentada pela lei municipal 2256/2013 por construção e desmatamento sem autorização do órgão competente.
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Av. Guarda Mor Lobo Viana, 421 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental. Tel.: 3892 6000 – Ramal 208
Flávio C. Carvalho
Diretor – Departamento de Fiscalização Ambiental
José Augusto de Carvalho Mello
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO 891/2021
Auto 29987 - NOTIFICAÇÃO
Infração Ambiental: Ausência de capina regular em imóvel
Local: Rua São Francisco, s/nº – Bairro: São Francisco
Infrator: NURIA PAGAN MORENO

Tendo sido improfícuos os meios de NOTIFICAR sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação à parte interessada a lavratura do Auto nº 29987 de NOTIFICAÇÃO, para providenciar a capina do terreno no endereço supracitado no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa e demais medidas judiciais cabíveis, conforme estabelecido no artigo 1º, parágrafo 3º, incisos I e III da Lei 2321/2015.
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Av. Guarda Mor Lobo Viana, 421 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental. Tel.: 3892 6000 – Ramal 208
Flávio C. Carvalho
Diretor – Departamento de Fiscalização Ambiental
José Augusto de Carvalho Mello
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO 2735/2021
Auto 30084 - NOTIFICAÇÃO
Infração Ambiental: Construção irregular
Local: Rua do Piau, nº 441 – Bairro: Cambury
Infrator: RAPHAEL MARMO MAXIMINIO ALMEIDA

Tendo sido improfícuos os meios de NOTIFICAR sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação à parte interessada a lavratura do Auto nº 30084 de NOTIFICAÇÃO, para providenciar a apresentação junto a SEMAM todas as documentações e autorizações para construção no endereço supracitado no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa e demais medidas cabíveis, conforme estabelecido na Lei Municipal 848/92, artigo 33, inciso I, regulamentada pela lei municipal 2256/2013.
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Av. Guarda Mor Lobo Viana, 421 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental. Tel.: 3892 6000 – Ramal 208
Flávio C. Carvalho
Diretor – Departamento de Fiscalização Ambiental
José Augusto de Carvalho Mello
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO 2736/2021
Auto 30085 - NOTIFICAÇÃO
Infração Ambiental: Notificação para limpeza de terreno
Local: 2ª Travessa da Rua Amauri Teixeira Leite, s/nº – Bairro: Boiçucanga
Infrator: JOSÉ CLÁUDIO DOS SANTOS

Tendo sido improfícuos os meios de NOTIFICAR sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação à parte interessada a lavratura do Auto nº 30085 de NOTIFICAÇÃO, para providenciar a limpeza do terreno no endereço supracitado no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa e demais medidas cabíveis, conforme estabelecido na Lei 2321/2015, artigo 1º.
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Av. Guarda Mor Lobo Viana, 421 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental. Tel.: 3892 6000 – Ramal 208
Flávio C. Carvalho
Diretor – Departamento de Fiscalização Ambiental
José Augusto de Carvalho Mello
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1921/2021
Auto 29932 - NOTIFICAÇÃO
Infração Ambiental: Terreno sem manutenção
Local: Rod. Dr. Manoel Hypólito do Rego, s/nº – Bairro: Barequeçaba
Infrator: MARIA CECILIA VAZ CAPPATO BOLESSENN

Tendo sido improfícuos os meios de NOTIFICAR sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação à parte interessada a lavratura do Auto nº 29932 de NOTIFICAÇÃO, para providenciar a capina do terreno no endereço supracitado no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa e demais medidas cabíveis, conforme estabelecido na Lei 2321/2015, artigo 1º.
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Av. Guarda Mor Lobo Viana, 421 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental. Tel.: 3892 6000 – Ramal 208
Flávio C. Carvalho
Diretor – Departamento de Fiscalização Ambiental
José Augusto de Carvalho Mello
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO 2308/2021
Auto 29998 - MULTA
Infração Ambiental: Extravasamento de esgoto
Local: Rua dos Galeões, nº 110 – Bairro: Maresias
Infrator: YURI MOREIRA TAKISHIMA

Tendo sido improfícuos os meios de NOTIFICAR sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação à parte interessada a lavratura do Auto nº 29998 - MULTA – valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 848/92, artigo 33, inciso V, regulamentada pela Lei Municipal 2256/13, pelo lançamento de efluente (esgoto) ao solo, não atendendo a notificação presente no auto 29019.
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Av. Guarda Mor Lobo Viana, 421 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental. Tel.: 3892 6000 – Ramal 208
Flávio C. Carvalho
Diretor – Departamento de Fiscalização Ambiental
José Augusto de Carvalho Mello
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO 14244/2019
Auto 28585 - NOTIFICAÇÃO
Infração Ambiental: Corte irregular de árvores
Local: Rua Olavo Bilac, s/nº – Bairro: Jaraguá
Infrator: HOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA

Tendo sido improfícuos os meios de NOTIFICAR sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação à parte interessada o seguinte COMUNIQUE-SE:

Venho através do presente para comunicar-lhe que deverá regularizar a representação processual nos autos do Processo Administrativo supracitado, no prazo de 10 (dez) dias. Salientamos ainda que os fatos alegados autorizam o prosseguimento dos procedimentos, com a lavratura de auto de multa em função do corte irregular de árvores.
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Av. Guarda Mor Lobo Viana, 421 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental. Tel.: 3892 6000 – Ramal 208

Flávio C. Carvalho
Diretor – Departamento de Fiscalização Ambiental
José Augusto de Carvalho Mello
Secretário de Meio Ambiente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO 13912/2020
Auto 28980 - DEMOLIÇÃO
Infração Ambiental: Construção em APP
Local: Rua Manoel Rafael de Carvalho, nº 402 – Bairro: Juquehy
Infrator: FERRONE ADM DE BENS PRÓPRIOS LTDA.

Tendo sido improfícuos os meios de NOTIFICAR sobre a autuação pessoalmente, dou ciência através da presente publicação à parte interessada o seguinte COMUNIQUE-SE:

Venho por meio do presente para comunicá-lo que, no prazo de 15 (quinze) dias, deverá apresentar junto à Secretaria do Meio Ambiente a regularização do auto de infração lavrada pela Polícia Ambiental, referente a área de construção ocorrida dentro de APP. Fica ciente de que com o não atendimento, será dado o prosseguimento aos termos do auto de demolição 28980.
Havendo necessidade de maiores informações, solicitá-las junto à Secretaria de Meio Ambiente – Rua Av. Guarda Mor Lobo Viana, 421 – Centro - Divisão de Fiscalização Ambiental. Tel.: 3892 6000 – Ramal 208
Flávio C. Carvalho
Diretor – Departamento de Fiscalização Ambiental
José Augusto de Carvalho Mello
Secretário de Meio Ambiente

CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO SEBASTIÃO
CONVOCAÇÃO
Convocamos os representantes do Conselho Municipal de Desportos a comparecerem, dia 25/03/2021, às 18h, em primeira convocação, com a presença da maioria simples de seus membros, e às 18h30, em segunda convocação, com qualquer número de membros, para participarem da 1ª Reunião Ordinária de 2021.
Informamos que devido ao estado de pandemia, a reunião será realizada de forma remota através do aplicativo GOOGLE MEET pelo link https://meet.google.com/rha-axat-xtk cumprindo as normas do Decreto da Fase Emergencial do Governo Municipal de São Sebastião e do Governo do Estado de São Paulo.

EXPEDIENTE
O Diário Oficial Eletrôniico Municipal de São Sebastião é produzido pela Secretaria de Governo/Departamento de Comunicação
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
WWW.SAOSEBASTIAO.SP.GOV.BR
Veículo de Imprensa Oficial / Autorizado pela Lei nº 2436/2017
Luciana Evangelista de Jesus - MTB: 0085852/SP
www.saosebastião.sp.gov.br

SÃO SEBASTIÃO
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICIPAL
SÃO SEBASTIÃO SP-BRASIL
Edição 944 – 22 de Março de 2021

Pauta:
- Apresentação dos novos integrantes do conselho;
- Aprovação do Regimento Interno;
- Assuntos Gerais.

São Sebastião, 22 de março de 2021.
Marco Antonio de Souza
Presidente do Conselho Municipal de Desportos de São Sebastião

D E C R E T O
Nº 8151/2021
"Autoriza o funcionamento da atividade de advocacia, na Fase Emergencial do Plano São Paulo, no âmbito do município de São Sebastião, em razão da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus)."

FELIPE AUGUSTO, Prefeito Municipal de São Sebastião, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO as recentes determinações das autoridades do Estado de São Paulo, referente às medidas preventivas de combate ao COVID – 19 (Novo Coronavírus), de acordo com o Decreto Estadual nº 65.487, de 22 de janeiro de 2021;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 133 da Constituição Federal e artigo 2º da Lei Federal nº 8.906 de 04 de julho de 1994, o advogado é indispensável à administração da justiça, prestando serviço de interesse público e exercendo função social, ainda que atue apenas no âmbito privado;

CONSIDERANDO que, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, os Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª e 15ª Regiões, bem como os Tribunais Superiores mantiveram a fluidez dos prazos relacionados aos processos judiciais que tramitam nestes Tribunais, inclusive com realização de audiências;

CONSIDERANDO que o direito de acesso integral à Justiça é direito fundamental garantido na Constituição Federal e na Constituição do Estado e, como tal, para não restar prejuízo aos cidadãos e jurisdicionados do Município de São Sebastião;

DECRETA:
Artigo 1º - Em razão do reconhecimento da essencialidade dos serviços, ficam os Escritórios de Advocacia autorizados a funcionar, em casos excepcionais e de urgência, com a observância aos critérios sanitários e ao distanciamento social de 02 (dois) metros.

Artigo 2º - As atividades acimas descritas deverão observar os protocolos sanitários a seguir:

I. a utilização de máscaras de proteção individual pelos colaboradores e clientes no interior do estabelecimento;

II. a aferição de temperatura na entrada do estabelecimento;

III. na entrada e saída, assim como no interior do estabelecimento, deverão ser disponibilizados álcool 70% líquido ou em gel para higienização das mãos;

IV. observar a distância mínima de 02 (dois) metros entre os clientes, com marcação indicativa no chão do estabelecimento;

V. reforçar a limpeza do ambiente;

VI. a higienização de máquinas de cartão (crédito e débito), bem como objetos de utilização coletiva;

VII. o estabelecimento deverá dispor de funcionário para orientação e verificação das normas citadas;

VIII. Sempre que possível o atendimento deverá ser feito de forma remota;

IX. O atendimento deverá ser feito com agendamento prévio, não sendo permitido a permanência na recepção ou sala de espera.

Artigo 3º - Recomenda-se o isolamento social de idosos, gestantes, mães com recém-nascidos e pessoas com doenças crônicas ou imunodeprimidas, conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde, a ciência e a medicina.

Artigo 4º - O descumprimento das disposições contidas nos presente Decreto incorrerá nas sanções administrativas, cíveis ou criminais previstas no Decreto Municipal nº 7794/2020, o qual dispõe que o não cumprimento dos termos, ensejará a aplicação das penalidades e sanções contidas na legislação de regência, especialmente, no Código Sanitário Estadual, na Legislação Municipal de Posturas e de Vigilância Sanitária (interdição; lacração; apreensão de bens; equipamento ou estabelecimento; cassação de alvará de licença e funcionamento).

Artigo 5º - As medidas previstas neste Decreto serão reavaliadas a qualquer momento pelo Comitê de Gestão de Crise.

Artigo 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Sebastião, 22 de março de 2021.
FELIPE AUGUSTO
Prefeito

D E C R E T O
Nº 8152/2021
"Dispõe sobre novas medidas durante Fase Emergencial, no âmbito do Plano São Paulo, no município de São Sebastião, estendidas até 04 de abril de 2021."

FELIPE AUGUSTO, Prefeito Municipal de São Sebastião, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO ter sido sancionada pelo Presidente da República a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID – 19 (Novo Coronavírus);

CONSIDERANDO as recentes determinações das autoridades do Estado de São Paulo, referente às medidas preventivas de combate ao COVID – 19 (Novo Coronavírus), de acordo com a decretação da Fase Emergencial, do Plano São Paulo, Decreto Estadual nº 65.563/2021;

CONSIDERANDO a antecipação de feriados na cidade de São Paulo, bem como a decretação de "lockdown" na Baixada Santista, a partir da presente data;

CONSIDERANDO o agravamento dos índices de contaminação pela COVID-19 no Município de São Sebastião, com risco iminente de colapso do sistema de saúde municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de intensificar a atuação que objetiva a diminuição da circulação de pessoas contaminadas pela COVID-19 no território Municipal;

D E C R E T A:

Artigo 1º - Ficam instituídas no Município de São Sebastião novas medidas durante a Fase Emergencial, em conformidade com o Plano São Paulo, do Governo do Estado de São Paulo, frente a pandemia da COVID-19, estendido até a data de 04 de abril de 2021.

Artigo 2º - Para fins do presente Decreto também é considerada atividade essencial as peixarias, aplicando a estes estabelecimentos comerciais, no que lhe couber, as demais regras já estabelecidas no Decreto Municipal nº 8143, de 15 de março de 2021.

Artigo 3 º - Aos condomínios de imóveis residenciais localizados no município fica proibida a utilização das áreas comuns, tais como área de churrasqueira, piscinas, "play ground", salões de jogos, quadras de esportes e academias, sob pena de incorrer o condômino infrator, nas sanções previstas nos crimes previstos no Código Penal Brasileiro, sem prejuízo da adoção de medidas pela administração do condomínio em seu desfavor.

§ 1º. O não cumprimento do estabelecido no caput deste artigo ensejará, ao Condomínio, a aplicação das penalidade e sanções contidas na legislação de regência, especialmente, no Código Sanitário Estadual, na legislação de Posturas e de Vigilância Sanitária do Município e multas estabelecidas no Decreto Municipal nº 3229, de 07 de novembro de 2005, que regulamenta a Lei
Municipal nº 1.476, de 28 de junho de 2001.

I – A multa estabelecida no Decreto Municipal nº 3229, de 07 de novembro de 2005, são estabelecidas da seguinte forma:

a) Leve: de 05 (cinco) a 35 (trinta e cinco) UFESP's;
b) Grave: de 36 (trinta e seis) a 200 (duzentas) UFESP's;
c) Gravíssima: 201 (duzentas e uma) a 500 (quinhentas) UFESP's.

§ 2º. A competência da fiscalização do não cumprimento do estabelecido no caput deste artigo será da fiscalização municipal de posturas, ambiental e vigilância sanitária, valendo-se de todo e qualquer meio legal para dar fiel cumprimento a este Decreto.

Artigo 4º - A aplicação da multa pecuniária prevista no § 1º do artigo anterior se efetivará mediante lavratura de auto de infração com a imposição da respectiva sanção e no caso de inadimplemento, o infrator será inscrito na dívida ativa municipal.

Artigo 5º - Aos hotéis e pousadas fica permitida a ocupação máxima de 40% de sua capacidade, aplicando-se a estes estabelecimentos, no que lhe couber, as demais já estabelecidas no
Decreto Municipal nº 8143, de 15 de março de 2021.

§ 1º - Os hóspedes somente poderão ser hospedados mediante apresentação de laudo laboratorial impresso no momento do "check-in" (chegada), observando:

I - Resultado negativo de teste RT-PCR realizado no máximo 48h (quarenta e oito) horas antes do "check-in" (chegada).

§ 2º - O laudo impresso a que se refere o inciso I deve ser entregue ao recepcionista do hotel ou pousada, responsável pela recepção do hóspede no ato do "check-in" (chegada), devendo permanecer uma cópia do respectivo laudo junto à ficha de "check-in" do hóspede e mantida em arquivo para eventual fiscalização.

Artigo 6º - Fica instituída no Município de São Sebastião a realização de barreiras sanitárias nas divisas da cidade, com testagem em massa, dos ocupantes dos veículos ao adentrarem o Município, de acordo com escala definida pela Vigilância Sanitária, durante o período de 22 de março à 04 de abril de 2021.

§ 1º - O teste realizado é o imunocromatografico que detecta separadamente anticorpos das classes IGM/IGG para o vírus Covid-19 e a técnica utilizada na realização dos testes será a de punção digital.

§ 2º - Fica dispensado da realização do teste para COVID-19 o ocupante do veículo que apresentar laudo laboratorial impresso com resultado negativo de teste RT-PCR, no momento da abordagem, realizado no máximo 48h (quarenta e oito) horas antes da chegada no Município de São Sebastião.

Artigo 7º - Fica proibida a entrada no Município de São Sebastião do visitante que testar positivo para COVID-19, nos casos estabelecidos no artigo 6º deste Decreto, sob pena de incorrer nos Crimes Contra a Saúde Pública e no Crime de Desobediência, contidos no Código Penal Brasileiro, combinado com as demais legislações Estaduais e Municipais vigentes.

Artigo 8° - As penalidades a serem aplicadas a quem se recusar a fazer o teste em massa e, no caso de resultado positivo, encontram-se previstas nos artigos 267, 268 e 269 no que tange aos Crimes Contra a Saúde Pública, bem como no artigo 330 ao caracterizar Crime de Desobediência, todos do Código Penal Brasileiro, sem prejuízo de aplicação das demais sanções previstas nas legislações Estaduais e Municipais aplicáveis ao caso.

Artigo 9º - O descumprimento das disposições contidas no presente Decreto incorrerá, ainda, nas sanções administrativas, cíveis ou criminais previstas no Decreto Municipal nº 7794/2020, o qual dispõe que o não cumprimento dos termos, ensejará a aplicação das penalidades e sanções contidas na legislação de regência, especialmente, no Código Sanitário Estadual, na Legislação Municipal de Posturas e de Vigilância Sanitária (interdição; lacração; apreensão de bens, equipamento ou estabelecimento; cassação de alvará de licença e funcionamento).

Artigo 10 - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento.

Artigo 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Sebastião, 22 de março de 2021.
FELIPE AUGUSTO
Prefeito

EXPEDIENTE
O Diário Oficial Eletrôniico Municipal de São Sebastião é produzido pela Secretaria de Governo/Departamento de Comunicação
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
WWW.SAOSEBASTIAO.SP.GOV.BR
Veículo de Imprensa Oficial / Autorizado pela Lei nº 2436/2017
Luciana Evangelista de Jesus - MTB: 0085852/SP
www.saosebastião.sp.gov.br